



Meirelles recua em relação a teto de estados

Ministro já admite que limite para gastos estaduais não seja incluído na proposta de emenda constitucional

BÁRBARA NASCIMENTO, MARTHA BECK,
MANOEL VENTURA*, BRUNO ROSA
E MARIA LIMA
economia@oglobo.com.br

-BRASÍLIA E RIO- O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, recuou novamente em relação ao projeto de renegociação das dívidas estaduais com a União. Ele admitiu ontem que a equipe econômica pode não incluir os estados na proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece um teto para o gasto público federal. Um limite para as despesas é uma das poucas contrapartidas que restaram na proposta que está no Congresso.

Pressionado por sindicatos de servidores e por parlamentares, o governo fez, ao longo da semana, uma série de concessões para tentar assegurar a votação do projeto. No entanto, Meirelles assegurou que não haveria qualquer prejuízo, uma vez que o teto para os gastos é a medida mais importante para o equilíbrio das contas públicas e está assegurada no texto. Mas este só prevê essa regra por um período de dois anos. A longo prazo, é preciso que a PEC, que fixa um limite por 20 anos, se estenda aos estados.

Ontem, o ministro argumentou que a PEC não precisaria prever um limite pa-

ra os estados porque essa regra já faz parte da renegociação das dívidas e também porque os acordos assinados pelos governadores com a União para tratar dos débitos já são suficientes para assegurar o teto. Isso, no entanto, nunca havia sido explicitado pelo governo, que sempre ressaltou a importância de a PEC englobar União e estados.

— O compromisso dos estados é fazer legislações estaduais, devido à autonomia federativa, assegurando o cumprimento desse teto. Eles se comprometem através de um contrato assinado pela União, com penalidades em caso de não cumprimento — disse Meirelles. — Evidentemente, com o avanço da PEC dos gastos, pode-se considerar, sim, a possibilidade de apresentar uma emenda. Isso ainda está em discussão.

Uma das contrapartidas da proposta original era que os governadores tornassem mais transparente a forma como contabilizam gastos com pessoal, o que fortalecia a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essa exigência, no entanto, gerou reclamações de diversas categorias e colocou em risco a tramitação do projeto. Para não sair perdendo, o Palácio do Planalto recuou. Na segunda-feira, a equipe econômica aceitou mudar o projeto da renegoci-

ação e permitir que os estados deixassem de fora da conta de gasto com pessoal exclusivamente o Judiciário, por 10 anos, as despesas com terceirizados e auxílios.

Na terça-feira, houve mais um recuo. O governo aceitou que a exceção do Judiciário fosse estendida aos outros poderes e que fossem retiradas do texto todas as contrapartidas, com exceção do teto para o gasto. Com a nova mudança de entendimento, confirma-se o terceiro recuo em menos de uma semana.

CRÍTICAS DA PRÓPRIA BASE ALIADA

Pela manhã, no Rio, Meirelles ressaltou que o mais importante é que a limitação dos gastos dos estados, com base na inflação do ano anterior, está mantida.

— A contrapartida mais importante é que os gastos dos estados devem crescer com base na inflação do ano anterior. Isso foi usado como critério para a extensão da liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). Ou seja, o acordo já prevalece com a liminar do Supremo — disse o ministro, que participou ontem do seminário “Pensamentos Olímpicos sobre a Economia Brasileira”, promovido pelo Bradesco.

Meirelles classificou as mudanças feitas no projeto como forma de “facilitar as negociações” com os governadores:

— Os governadores pediram mudanças na LRF para definir a alocação de alguns gastos, como as despesas de pessoal, como terceirizados e inativos. A União aceitou colocar isso no projeto de lei, mas é alvo de questionamento do relator. Houve ainda a limitação dos aumentos salariais por um período de dois anos, que é a retomada do pagamento da dívida. E esse ponto está em discussão pelo relator. O mais importante é que o limite do teto para os gastos está mantido.

Suplente do ministro das Relações Exteriores, José Serra, e integrante do principal partido de apoio ao governo, o senador José Aníbal (PSDB-SP) fez duras críticas ontem ao ministro da Fazenda. O tucano cobrou uma posição “inflexível” de Meirelles em relação a gastos:

— Como é possível? O ministro disse que são secundários os artigos que obrigam, dentro desse projeto, os poderes e órgãos estaduais a se enquadrarem em novas regras sobre limites de gastos com pessoal. E acrescenta: se essa discussão ficar para outro momento, não vai alterar a essência do ajuste fiscal? O ajuste fiscal é o teto. O ajuste fiscal é o teto! ●

*Estagiário, sob a supervisão de Eliane Oliveira

VOLTANDO ATRÁS

1º RECUE: Na segunda-feira, a equipe econômica aceitou que ficassem de fora da conta de gasto com pessoal o Judiciário (por 10 anos), as despesas com terceirizados e auxílios

2º RECUE: Na terça-feira, o governo aceitou que a exceção ao Judiciário fosse estendida a outros poderes e que fossem retiradas do texto todas as contrapartidas, com exceção do teto para o gasto

3º RECUE: Ontem, o ministro Henrique Meirelles admitiu que pode não incluir os estados na PEC que limita os gastos da União. Segundo ele, o teto para os estados já faz parte do projeto de renegociação das dívidas e não precisaria necessariamente constar da PEC. Mas, em 20 de junho, o presidente interino, Michel Temer, disse, em áudio pelo Twitter, que incluiria na PEC a limitação dos gastos estaduais